

NACIONAL

Cavalcanti pede coesão contra crise

TARCISIO HOLANDA

Enviado Especial

Foz do Iguaçu — O general Costa Cavalcanti preconizou para o Brasil a mesma solução consensual que foi o modelo vitorioso que garantiu o tratado entre dois governos para formação de um "sui generis" empreendimento binacional que resultará na operação, a partir de fins de outubro, da Usina Hidrelétrica de Itaipu com dezoito turbinas de 700 Kv.

Cavalcanti fazia uma conferência sobre a usina para o presidente da Centrais Elétricas de Minas (Cemig), eng. Mário Bhering e diretores da empresa, quando fez referência à grave crise econômico-financeira e suas repercussões sociais no Brasil, quando reclamou um redobrado esforço, não apenas do governo e das oposições, mas de toda a Nação como objetivo de estabelecer a coesão interna para vencer as dificuldades do momento.

ACORDO

O ex-ministro das Minas e Energia acredita que para sair da crise que o País atravessa será necessário operar dois tipos de acordos — um para garantir a nossa coesão interna e, portanto, permitir que a sociedade brasileira aceite, por suas forças representativas, medidas heróicas que imporão sacrifícios a todos os seus segmentos; outro entendimento, de natureza externa, no mais alto nível.

Em primeiro lugar, o general Costa Cavalcanti acredita que o governo age sabiamente quando procura renegociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional que imponha um nível menos intolerável de sofrimento para maioria assalariada do povo brasileiro, ainda que se dispondo a um rigoroso controle da inflação e dos déficits públicos.

Acredita o presidente da Itaipu que o governo brasileiro está dando os passos adequados para renegociar um acordo com o FMI que levará necessariamente a um reescalonamento de nossa dívida externa de forma a transformar débitos que vencem a curto prazo numa sucessão em prazos que deverão ir ao longo de alguns anos em cronograma a ser estabelecido através de negociação.

Uma negociação tão complexa quanto delicada terá que ser conduzida no mais alto nível político.

Tratamento político, ao lado técnico, para a crise brasileira é a receita que avia o general Costa Cavalcanti, considerando absolutamente indispensável um entendimento nacional.

Por admitir as dificuldades desse entendimento é que o general Costa Cavalcanti lembra-se de citar o exemplo que o Brasil e o Paraguai adotaram para constituir, uma experiência inédita no mundo um empreendimento binacional em que todos os problemas surgidos pela própria existência de mais de uma vontade foram resolvidos através do consenso.

De tal forma funcionou a solução consensual em Itaipu, entre o Brasil e o Paraguai, que o presidente da binacional nunca usou do seu direito ao voto de minerva, quando complexas divergências chegaram a envolver os dois principais parceiros no empreendimento. Algumas vezes, pessoas importantes no governo brasileiro chegaram a pressioná-lo para decidir diferenças de opinião e pontos de vista entre autoridades brasileiras e paraguaias pelo voto, uma vez que o seu pronunciamento de presidente desempataria em favor do Brasil.

Cavalcanti recusou-se a fazer uso desse seu poder de decisão para não comprometer as harmoniosas relações que conseguiu estabelecer com os nossos parceiros paraguaios de uma maneira inédita particularmente para o Brasil, que há cem anos entrou na mais sangrenta guerra que já ouve na América Latina com aquele país.

Itaipu representa, portanto, para o seu presidente, o exemplo mais ilustrativo de que duas partes podem conjugar interesses e conveniências.